



Maria Teresa Ponce de Leão
Vice-presidente do Conselho Directivo da Região Norte

A publicação desta edição da *info* prossegue a lógica da série de destaques às diferentes engenharias portuguesas. Neste terceiro trimestre o enfoque é a Engenharia Florestal.

Trata-se do ramo da Engenharia que estuda a floresta de forma holística, isto é, desde a sua criação, passando pela conservação até à procura da adequada utilização dos seus recursos.

O engenheiro florestal gere a produção florestal através das decisões de cultivo florestal, ou seja, pela actividade de silvicultura mas também visa aumentar a competitividade e sustentabilidade dos espaços florestais públicos e privados e como tal debruça-se sobre o desenvolvimento de mecanismos de valorização da floresta, de mitigação dos riscos da floresta, de consolidação fundiária e aumento da gestão profissional. A Engenharia Florestal corresponde talvez à manifestação da Engenharia que mais se aproxima da Natureza.

Trata-se de mais um contributo da Engenharia para o bem-estar económico, ambiental e social dos cidadãos concorrendo nesta vertente para a sustentabilidade.

Sophia de Mello Breyner, escritora da região Norte e do Porto faz um elogio à Natureza e à defesa de valores universais, apresentando-a como um espaço de excelência num universo ficcional, ligado ao Sagrado e ao Antigo. É na busca de uma Natureza (quase) intocada que o Homem se realiza como Homem, que atinge a perfeição e a plenitude, o que explica a sedução pelos espaços naturais. Este elogio surge na sua novela "A Floresta".

Neste número divulgamos mais uma iniciativa em prol da Engenharia. Trata-se do investimento de 500 mil euros dos engenheiros do Norte de Portugal e da Galiza na implementação de um programa que eliminará as barreiras legais que os impedem de exercer livremente a profissão em ambos os lados da fronteira.

A longo prazo, o objectivo é criar uma euro-região que agrupe o Norte de Portugal e a Galiza.

Neste número ainda dedicamos espaço à divulgação da Engenharia no desenvolvimento da ciência reflectido no caso na inauguração pelo presidente da República da nova sede do INEGI, no Campus da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

4

Opinião

14

Destaque

36

Vida Associativa

41

Perfil Jovem

44

Disciplina

6

Notícias

35

Colégio de Civil

40

Engenharia no Mundo

42

Lazer

46

Agenda



Ficha Técnica

Propriedade: Ordem dos Engenheiros – Região Norte.

Directora: Maria Teresa Ponce de Leão (director.info@oern.pt).

Conselho Editorial: Gerardo Saraiva de Menezes, Maria Teresa Ponce de Leão, Fernando de Almeida Santos, Carlos Pedro Castro Fernandes Alves, António Machado e Moura, Joaquim Ferreira Guedes, Paulo Edgar Rodrigues Ribeirinho Soares, Carlos Brito, Luís Guimarães Almeida, Carlos Neves, Francisco Antunes Malcata, Pedro Jorge da Silva Guimarães, Vítor Manuel Lopes Correia, Carlos Vaz Ribeiro, Fernando Junqueira Martins, Luís Martins Marinheiro, Luís Pizarro, Luís Machado Macedo, António Rodrigues da Cruz, Amílcar Lousada.

Redacção: Susana Branco (edição), Paula Cardoso Almeida.

Paginação: Daniel Dias.

Imagens: Arquivo QuidNovi

Grafismo, Pré-impressão e Impressão: QuidNovi.

Praceta D. Nuno Álvares Pereira, 20, 4.º DQ – 4450-218 Matosinhos. Tel.229 388 155. www.quidnovi.pt. quidnovi@quidnovi.pt

Publicação trimestral: Abr/Mai/Jun – n.º 19/2009. Preço: 2,00 euros.

Tiragem: 12 500 exemplares. ICS: 113324. Depósito legal: 29 299/89.

Sede: Rua de Rodrigues Sampaio, 123 – 4000-425 Porto.

Tel. 222 071 300. Fax. 222 002 876. <http://norte.ordemdosengenheiros.pt>

Delegação de Braga: Largo de S. Paulo, 13 – 4700-042 Braga.

Tel. 253 269 080. Fax. 253 269 114.

Delegação de Bragança: Av. Sá Carneiro, 155/1.º/Fracção AL. Edifício Celas

– 5300-252 Bragança. Tel. 273 333 808.

Delegação de Viana do Castelo: Av. Luís de Camões, 28/1.º/sala 1

– 4900-473 Viana do Castelo. Tel. 258 823 522.

Delegação de Vila Real: Av. 1.º de Maio, 74/1.º dir.

– 5000-651 Vila Real. Tel. 259 378 473.



Engenheiro José Castro – Coordenador do Colégio de Engenharia Florestal

Do natural ao social

A floresta ocupa hoje na região Norte uma proporção equivalente à generalidade do país, embora se distinga desse todo pela sua diversidade em espécies, em estruturas e em funções que promove e fornece à nossa sociedade. Desde a Mata da Albergaria, na serra do Gerês, até ao Sobreiral do Romeu, nas encostas da bacia do rio Tua, encontramos hoje na nossa região uma panóplia imensa de situações e circunstâncias que demonstram como o espaço florestal é hoje incontornável nas nossas vidas cada vez mais urbanizadas.

Pese embora as preocupações com a floresta estejam referenciadas desde tempos anteriores à nossa nacionalidade, foi apenas durante a segunda metade do século XIX que os trabalhos de Barros Gomes, Pimentel e Pereira Coutinho permitiram definitivamente consolidar um corpo técnico-científico próprio para a Engenharia Florestal. Pelas suas preocupações estes primórdios da Engenharia Florestal identificaram-se com a função reguladora da floresta nos processos naturais, nomeadamente no controlo da erosão eólica e da hídrica, na conservação da produtividade dos solos agrícolas, na regulação do ciclo hidrológico e no amenizar do clima. A sustentabilidade dos sistemas florestais era o objectivo principal para o ordenamento florestal das matas do Reino.

Até aos dias de hoje a floresta consolidou o seu papel como estrutura basilar para o funcionamento equilibrado do sistema ecológico do nosso território, vendo a pressão sobre

o seu espaço diminuído pelo abandono rural e urbanização crescente da população portuguesa. Nos dias de hoje a floresta tem vindo a adquirir uma função social crescente, requisitada agora pela sociedade actual pelo seu carácter identitário, assim como pelo seu papel acrescido como espaço lúdico para actividades de recreação, indispensáveis ao sector económico do turismo rural e de natureza. Pela sua extensão e perenidade, ou seja, pela sua dimensão espaço-temporal, a floresta implica hoje, mais do que nunca, uma abordagem com base no compromisso entre gerações; ao longo deste Destaque descreveremos como tem vindo a ocorrer a transição da relevância natural para a relevância social na floresta da região Norte.

Da floresta como obra de Engenharia

Embora a lenda e a tradição portuguesas tenham consagrado D. Dinis como figura cimeira da preservação e consolidação das extensas áreas de pinhal no nosso litoral, dando início à recuperação do espaço florestal português que vinha sendo reduzido e degradado ao longo dos tempos, estes trabalhos e respectivos métodos e técnicas associados vinham já de antes, sendo anteriores ainda à data da nossa nacionalidade. O objectivo era já a conservação do solo para a agricultura, nomeadamente pela fixação das areias do litoral em dunas consolidadas que impedissem o seu arrastamento para as áreas agrícolas. Estava em jogo a sustentabilidade dos sistemas agrícolas e florestais, afinal o objectivo principal para o ordenamento florestal das matas do Reino. Ainda em 1863, Barros Gomes define já esse ordenamento como a regulação: "... durante um largo período todas as operações de cultura e de exploração de uma floresta de maneira que esta dê uma produção anual e constante e a maior possível sem comprometer a sua força produtiva", assim como Pereira Coutinho, em 1886: "... a escolha e regularização da exploração, por forma a obter um produto anual tão constante e vantajoso quanto possível". A sua concretização viria permitir atender às enormes e crescentes necessidades de madeiras de qualidade para a indústria de construção naval que viria a marcar toda a história dos descobrimentos portugueses com as centenas de embarcações que percorreram as costas de África, Brasil e Índia. Deste modo, não se estranha a criação da Administração Geral das Matas do Reino, em 1824, no âmbito do Ministério da Marinha e que só viria a ser integrada no Ministério das Obras





Públicas, Comércio e Indústria em 1952, com sede no então Pinhal do Rei, hoje o Pinhal de Leiria, na Marinha Grande. São desta altura os primeiros trabalhos sistemáticos e tecnicamente fundamentados de sementeiras de dunas. A criação dos Serviços Florestais em 1886, sucedendo à anterior Administração das Matas, é o culminar de um dos períodos mais brilhantes da Engenharia Florestal portuguesa, desenvolvida com base em investigação e experimentação em áreas específicas necessárias à resolução dos problemas que se colocavam aos trabalhos de fixação de dunas, desde a sua cartografia à silvicultura, passando pela botânica, correcção torrencial, entre outras.

Todos os métodos de planeamento e ordenamento, assim como as respectivas técnicas de instalação, condução e exploração então desenvolvidas, foram sendo repetidos ao longo da costa portuguesa, do Minho ao Alentejo.

Quando em 1901 é institucionalizado o conceito de Regime Florestal mais uma vez são as preocupações ambientais, como a regulação dos processos ecológicos, que estão em causa. A legislação então publicada, Lei do Regime Florestal, de 24 de Dezembro 1901, refere preocupações como a conservação do solo, a regularização do regime hídrico, o amenizar do clima, e a valorização de extensos planaltos então áridos. Para isso foram propostos incentivos para que os particulares arborizassem as suas matas que sendo de interesse público seriam mesmo submetidas ao agora designado Regime Florestal, fossem elas de propriedade particular ou de quaisquer outras corporações administrativas. Em consequência deste primeiro passo, no sentido do Estado assumir responsabilidades de assegurar a regulação dos processos naturais do seu território, são institucionalizadas em 1903 as figuras de Perímetro Florestal, para áreas submetidas ao Regime Florestal de tipo Parcial, e de Mata Nacional, para as áreas submetidas ao Regime Florestal de tipo Total. A primeira figura fica dedicada a terrenos que permanecem na propriedade de privados ou de corporações administrativas, na sua generalidade terrenos comunitários propriedade das aldeias serranas, e a segunda figura seria reservada aos espaços de propriedade estatal. Todo este quadro jurídico tinha já sido criado nos países vizinhos, Espanha e França, para obviar à degradação de extensas áreas e recursos florestais de cuja utilidade pública o Estado se fazia então cargo, regrido a sua utilização e lançando bases para o futuro desenvolvimento industrial com base nos produtos florestais.

Embora toda a primeira metade do século XX marque de forma indelével a paisagem florestal das serranias da região Norte, os primeiros passos relativos à institucionalização do

Regime Florestal seriam dados ainda antes de 1903, quando em 1888 foi instalada a Administração Florestal do Gerês.

A Mata Nacional do Camarido, em Caminha, é a única propriedade do Estado submetida ao Regime Florestal de tipo Total na região Norte; os primeiros trabalhos para a sua consolidação começam ainda em 1881 mas são prejudicados pela grave crise económica que viria a afectar Portugal no ano de 1891. Mais tarde, em 1910, seriam os Perímetros Florestais do Soajo e Peneda a serem criados. Hoje em dia são mais de três dezenas os Perímetros Florestais institucionalizados desde então na região Norte, o último dos quais o da Boalhosa, abrangendo terrenos comunitários de aldeias dos concelhos de Paredes de Coura, Arcos de Valdevez, Valença e Monção, e criado já em meados dos anos 60. De entre os 110 perímetros florestais do todo nacional, os da região Norte são: Alvão, Avelanoso, Barroso, Boalhosa, Chaves, Deilão, Entre Lima e Neiva, Entre Vez e Coura, Mondim de Basto, Monte Morais, Palão, Ribeira de Pena, Santa Luzia, Senhora da Abadia, serra Amarela, serra da Cabreira, serra da Coroa, serra da Nogueira, serra da Padrela, serra da Anta, serra de Arga, serra de Bornes, serra de Montezinho, serra de Santa Comba, serra de São Tomé do Castelo, serra de Faro, serra do Merouço, serra do Reboredo, serra de São Domingos e Escarão, serras do Marão, Meia Vida e Ordem, e serras do Soajo e da Peneda.

Mais uma vez, e tal como com a consolidação das dunas do litoral, tratava-se de controlar a erosão que vinha degradando extensas encostas dos territórios serranos; mais uma vez a espécie de eleição seria o pinheiro bravo. Às centenas de





Engenheiro José Castro – Coordenador do Colégio de Engenharia Florestal

milhar de hectares que foram arborizados juntaram-se os trabalhos de criação de infra-estruturas de apoio à instalação, condução e exploração dos povoamentos criados. Entre outras, são particularmente notáveis toda a rede de estradas florestais abertas e consolidadas, com as respectivas obras de arte, os edifícios das instalações dos serviços administrativos e técnicos, com os respectivos parques florestais, os extensos viveiros de planta florestal e os de apoio aos repovoamentos piscícolas e cinegéticos, as casas para acomodação do corpo da Guarda Florestal, uma rede de postos de vigia e de telecomunicações própria dedicada ou os parques de merendas devidamente apetrechados. Todo este ritmo de estabelecimento dos Perímetros Florestais é intensificado extraordinariamente com a publicação do Plano de Povoamento Florestal em 1938, dando início a um segundo período áureo da Engenharia Florestal portuguesa que pretendeu arborizar cerca de 420 000 hectares num horizonte temporal de 30 anos. Não sem os escolhos inerentes à incompreensão das necessidades locais em detrimento da utilidade pública regional e nacional cujo regime ditatorial vigente facilitou – e que precisaram de tempo e da devida correcção de excessos para serem dirimidos – os benefícios da arborização e da criação de infra-estruturas instaladas e o emprego gerado acabaram por ser de grande importância para o desenvolvimento de extensas áreas rurais na região Norte.

Mais tarde, e consolidada a sua actuação predominantemente nas áreas de propriedade comunitária das aldeias serranas, os Serviços Florestais viraram-se então estrategicamente para o apoio à propriedade florestal privada, que afinal representa cerca de 85% do território florestal português. Com a criação do Fundo de Fomento Florestal nos anos 60 do século passado, a Engenharia Florestal portuguesa também alterou as suas prioridades de desenvolvimento, ganhando espaço acrescido temas como a gestão do associativismo na arborização de terrenos particulares, bem como a instalação de pastagens e o fomento suberícola, característicos da propriedade privada em regiões muito particulares do país, nomeadamente na região Norte.

De Engenharia natural a Engenharia social

Quando em 2007 Portugal concretizou em definitivo o conjunto de Sítios de Interesse Comunitário que constituem a Rede Natura 2000, a rede ecológica do território da União Europeia resultante da aplicação das directivas Aves e Habitats, dificilmente poderia ser maior a coincidência entre

estes Sítios e os Perímetros Florestais que vinham sendo estabelecidos desde o final do século XIX pela Administração Florestal Portuguesa. Tal como com esta administração, é também a serra do Gerês, juntamente com as serras Amarela, do Soajo e da Peneda, que constituiria, em 1971, o primeiro, e ainda único, Parque Nacional, base da matriz para a conservação da natureza e da biodiversidade no nosso país.

Se atendermos aos objectivos visados pela Rede Natura, de assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens, esta coincidência de espaços não pode ser entendida apenas como fruto de causas comuns – as características naturais dos espaços seleccionados – mas sobretudo como consequência já de mais de um século de uma gestão florestal em prol da salvaguarda dos processos ecológicos que lhe estão subjacentes, como sejam a conservação do solo e a regularização do regime hídrico anteriormente referidos. Ao mesmo tempo em que nos anos 70 o Estado português dava início à implementação da rede portuguesa para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade, com a criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês, a respectiva administração florestal começa a dar os primeiros passos no sentido de alargar o envolvimento da sociedade portuguesa na valorização dos seus espaços florestais. Depois das áreas comunitárias são agora os proprietários florestais privados que são chamados a participar no desenvolvimento da floresta portuguesa com os seus terrenos de aptidão florestal.

Ao contrário das áreas comunitárias, cujo usufruto colectivo desses espaços já considerava baixas taxas de retorno estendidas por períodos de tempo alargados, aos proprietários privados foi necessário sensibilizar para as múltiplas funções da floresta que vão muito para além das eminentemente produtivas. Pela primeira vez se considerou contratualizar com privados a valorização das suas propriedades mediante investimentos relativamente elevados, cujos benefícios reverteriam apenas em favor das gerações subsequentes.

Ao engenheiro florestal exigiu-se-lhe mais do que nunca competências acrescidas em termos sociais, uma nova “Engenharia Social” desenvolvida no campo e de forma empírica e que só mais tarde haveria de ser reconhecida pelos currículos universitários. Neste contexto, o projecto de arborização da serra de Bornes, objecto de desenvolvimento particular neste Destaque, é uma das obras mais importantes do Fundo de Fomento Florestal na região Norte, paradigmático ainda pelos modelos de silvicultura que



propôs, das novas espécies florestais e suas consociações, preparações de terreno, diversificação produtiva, entre outros. Desde então e até hoje a relação da sociedade portuguesa com a sua floresta não tem parado de evoluir no sentido da sua “apropriação social”. Nos anos 80 a integração de Portugal na Europa veio acelerar a especialização produtiva da generalidade do sector agrário com a intensificação da utilização das terras mais férteis e o consequente abandono daquelas menos favorecidas não só em termos de fertilidade, mas também de topografia e de acessibilidades. Como consequência, uma “urbanização” acelerada da população rural conduziu ao desajuste da estrutura actual da floresta relativamente à sua cada vez menor integração nas diversas dinâmicas rurais que antes a sustentavam. Os grandes incêndios florestais, nomeadamente os de 2003 e de 2005, não foram mais do que reajustes abruptos e catastróficos da floresta portuguesa relativamente à sociedade que actualmente a enforma. A sua

visibilidade contribui mais do que nunca para uma preocupação maior da nossa sociedade com a sua floresta. Hoje em dia as funções recreativas e paisagistas da floresta são incontornáveis na nossa sociedade. A par das alterações demográficas recentes referidas, o último século caracterizou-se ainda por importantes conquistas civilizacionais que se traduzem numa redistribuição mais equilibrada da riqueza e maiores níveis de saúde e bem-estar, e mais tempo livre para lazer por parte da população, seguindo aliás a tendência europeia. A sociedade portuguesa é cada vez mais informada e conhecedora das problemáticas ambientais, aberta aos novos movimentos e tendências globais diversificadoras na sua “satisfação social”. Como tal, as funções recreativas e paisagistas ocupam o devido lugar no recente edifício de planeamento do espaço florestal nacional e regional. Tanto a Estratégia Nacional para as Florestas como os Planos Regionais de Ordenamento Florestal consagram hoje



“O Rates Park, na Póvoa de Varzim, vem ao encontro das mais recentes tendências da sociedade europeia na procura da floresta para lazer e recreação.” (autor: Marco Inácio)



Engenheiro José Castro – Coordenador do Colégio de Engenharia Florestal

o recreio e a paisagem como funções prioritárias para a nossa floresta regional, a par das restantes funções tradicionais de produção, silvopastorícia, caça e pesca, protecção e conservação da natureza. No primeiro daqueles instrumentos de gestão territorial – a Estratégia Nacional – as matas nacionais são referidas pela sua importância para o desenvolvimento de áreas recreativas, quer para o desfrute quotidiano das populações vizinhas, quer como vector da actividade turística associada. A Mata Nacional do Camarido recebe por isso um tratamento especial neste Destaque. Por outro lado, nos diversos Planos de Ordenamento Florestal relativos à região Norte, a função Recreio, Enquadramento e Estética da Paisagem é particularmente importante para os espaços florestais da região do Douro, bem como para os da Área Metropolitana do Porto.

Dos desafios de hoje

Neste momento em que se discute o novo Código Florestal importa, pois, sublinhar a incontornável relevância social da nossa floresta. A nossa sociedade, tal como a dos restantes países europeus, é cada vez mais urbana e, ao mesmo tempo, tende a adoptar o património florestal como algo inerente à sua matriz como comunidade.

Neste sentido será imperioso que os currículos das formações em Engenharia Florestal envolvam cada vez mais componentes no campo das Ciências Sociais, necessários à compreensão das novas atitudes da sociedade relativamente à sua floresta. Por outro lado, importa que a Ordem dos Engenheiros assuma também essas novas componentes sociais da Engenharia Florestal como competências necessárias ao engenheiro florestal para exercer e assegurar um desempenho adequado à evolução da sociedade actual no futuro. Será incontornável a transversalidade da Engenharia Florestal, contactando com a Engenharia Agronómica, do Ambiente ou Geográfica, entre outras. Não será difícil adivinhar uma necessidade de reequacionar a complementaridade das competências entre a Engenharia Florestal e a Arquitectura Paisagista, num processo muito similar ao que acaba de ocorrer entre as competências da Engenharia Civil e as da Arquitectura.

Com o abandono rural e a diminuição da pressão agrícola sobre os seus espaços mais marginais que contactam com o actual espaço de utilização florestal vão-se perdendo hoje as referências fundiárias que até há algumas décadas atrás eram fortemente disputadas com a apropriação privada de áreas comunitárias para fazer agricultura. Para estes casos urge criar condições para a re-apropriação comunitária

desses terrenos que deixando de cumprir a sua função produtiva de auto-suficiência local são agora indispensáveis para dar coerência ao seu ordenamento e dimensão e à sua gestão para um usufruto social crescente.

Por outro lado Portugal não poderá evitar as recentes tendências europeias de abrir as florestas privadas ao acesso público livre (*open access codes*), numa partilha de responsabilidades entre proprietários e utilizadores que permita ressarcir os primeiros pelos serviços que prestam aos segundos.

Com a urbanização crescente da nossa população novas e mais amplas escalas de abordagem serão necessárias, muito superiores às antigas Administrações Florestais ou às actuais Unidades de Gestão Florestal, contrariando mesmo a municipalização das competências da administração das nossas florestas.

Ao conceito de “silvicultura próxima da natureza” que a Engenharia Florestal tem vindo a desenvolver nas últimas décadas na Europa sucederá um novo conceito de “silvicultura próxima da sociedade”.

Dos seus protagonistas antigos até aos da floresta actual

A Engenharia é uma arte que deve sempre tudo ao génio dos seus protagonistas e a Engenharia portuguesa não é excepção. No caso da Engenharia Florestal o seu desenvolvimento é indissociável do recentemente extinto corpo da Guarda Florestal, uma carreira da administração pública criada em 1824 no âmbito da Administração Geral das Matas do Reino. Desde aí, os guardas florestais foram protagonistas dos grandes momentos do desenvolvimento florestal português, tendo-se-lhes exigido quase sempre que vivessem isolados, em lugares remotos, com o sacrifício do desenvolvimento pessoal, social e profissional da sua família mais próxima, ou a dela abdicar para a poder educar e promover socialmente.

À floresta da região Norte estiveram ligados também dois nomes incontornáveis da história florestal portuguesa, um para cada um dos momentos grandes do seu desenvolvimento já antes referidos.

Durante o período da Administração Geral das Matas do Reino, Bernardino Barros Gomes (1839-1910) foi e ficou como um dos homens grandes da floresta portuguesa. Chefe da Divisão Florestal do Norte dessa administração, a ele se devem trabalhos de desenvolvimento da Mata Nacional do Camarido logo nos anos 70 do século XIX. Para a Engenharia Florestal portuguesa deixou os estudos sobre a arborização de extensas áreas de dunas e serras, instalação de viveiros, de caminhos e de redes divisionais. A par da obra no terreno



são reconhecidas como fundadoras as suas obras de síntese tais como “Condições Florestais Portuguesas” e “Estudo sobre as Espécies de Carvalhos Florestais Portugueses”, entre outras.

Protagonista da viragem do século XIX para o século XX na pioneira Administração Florestal do Gerês, Tude Martins de Sousa (1874-1951) enfrentou e resolveu os problemas inerentes à coexistência dos interesses dos povos serranos com a utilidade pública dos terrenos comunitários do território que viria a estar na origem do actual Parque Nacional da Peneda-Gerês. Só a sua grande competência de que deixou testemunho na obra “serra do Gerês: estudos, aspectos, paisagens”, lhe permitiram que fossem promulgadas várias posturas regulamentares para a utilização desses terrenos comunitários. Fica para a história da floresta da região Norte o cunho festivo e pedagógico que inculca às comemorações locais do Dia da Árvore, bem como a sua premonição quanto ao futuro daquele território como Parque Nacional!

De pais para filhos

A dedicação exigida ao profissional florestal, antes referida, não podia deixar de marcar toda a sua família mais próxima, como de resto também já se referiu para o caso do corpo da Guarda Florestal. Embora sem as condições espartanas dos guardas florestais, também a família dos superiores responsáveis hierárquicos acabavam por ser envolvidas pelo ambiente físico e profissional das florestas. Como resultado tornaram-se inevitáveis os casos em que o apelo profissional da floresta se estendeu de pais para filhos.

Mais do qualquer homenagem aos pais trazemos aqui o testemunho de dois colegas que começaram a ver, a ouvir e a sentir a floresta ainda no berço, acabando mesmo por seguir as pisadas dos seus progenitores: a engenheira Maria Isabel Moreira da Silva é filha do engenheiro José Moreira da Silva e João Carlos Telo Lobão da Gama Amaral é filho de António Gomes da Gama Amaral. Os progenitores já não estão entre nós mas ficarão para sempre ligados a dois dos momentos mais marcantes da floresta da região Norte: a criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês e o Plano de Arborização da serra de Bornes. Ainda que possam ser quase coincidentes no tempo estas realizações diferem no espaço e, sobretudo, na estratégia do Estado para a floresta portuguesa. Com o Parque Nacional da Peneda-Gerês, o Estado português acompanharia os restantes países europeus no reconhecimento da importância social do espaço florestal e da sua biodiversidade enquanto património nacional. Com o Plano de Arborização de Bornes

o Estado reconhece a necessidade de envolver também os proprietários particulares para a valorização do património florestal nacional que pela sua extensão e perenidade têm implicações no funcionamento ecológico do território que vão muito para além da sua circunstância como factor de produção.

